



Número: **0904757-44.2025.8.14.0301**

Data Autuação: **08/12/2025**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA**

Órgão julgador: **3ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Belém**

Última distribuição : **08/12/2025**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Assistência à Saúde**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
JUVENTINA ROSA CARDOSO (REQUERENTE)	FABIO JUNIOR DOS SANTOS ALMEIDA (ADVOGADO)
IVETE GADELHA VAZ (REQUERIDO)	
MUNICÍPIO DE BELÉM (REQUERIDO)	
ESTADO DO PARÁ (REQUERIDO)	

Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
163215385	15/12/2025 14:21	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA FAZENDA PÚBLICA

Tv. Rômulo Maiorana, 1366-altos, Belém/PA, CEP: 66093000, Tels. 3211.0404/3211.0409, E-mail: 3jecivelfazendabelem@tjpa.jus.br [mailto:3jecivelfazendabelem@tjpa.jus.br]

Processo nº 0904757-44.2025.8.14.0301

REQUERENTE: JUVENTINA ROSA CARDOSO

REQUERIDO: ESTADO DO PARÁ e outros

DECISÃO

Verifica-se dos autos o **descumprimento** da ordem liminar anteriormente deferida, pela qual se determinou aos requeridos o fornecimento do tratamento/medicamento indicado à parte autora no prazo assinalado.

A documentação juntada demonstra que, apesar de intimado, o Estado do Pará não cumpriu a determinação judicial, mantendo-se inerte a Administração mesmo diante da urgência e gravidade do quadro clínico apresentado. Tal postura viola diretamente os princípios da legalidade, eficiência e da continuidade da prestação do serviço público de saúde, além de comprometer a efetividade da tutela jurisdicional.



Diante disso, para assegurar a autoridade da decisão e evitar dano irreparável à saúde da parte autora, determino:

1. **REITERE-SE** a intimação da autoridade responsável para **imediato cumprimento** da decisão liminar, **no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas**, com comprovação nos autos.

2. No mesmo prazo de 48 (quarenta e oito) horas, intime-se pessoalmente, por meio de mandado a ser cumprido com urgência, a **Exma. Sra. Secretária de Saúde do Estado do Pará, Sra. Ivete Gadelha, na qualidade de autoridade responsável pelo cumprimento da ordem**, para que promova o **imediato adimplemento da decisão judicial**, ficando advertida de que o eventual descumprimento reiterado ensejará a imposição de multa diária de natureza pessoal, autônoma em relação às astreintes impostas aos entes públicos, limitada ao teto de 60 (sessenta) salários-mínimos.

3. **Em relação ao ente público demandado (Estado do Pará), MAJORO a multa diária anteriormente fixada (astreintes)** para o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), limitada, por ora, ao teto de 40 (quarenta) salários-mínimos, sem prejuízo de ulterior majoração, caso persista o descumprimento.

4. **ADVIRTA-SE** a autoridade coatora de que o persistente descumprimento poderá ensejar: **responsabilização pessoal**, inclusive por ato atentatório à dignidade da Justiça (art. 77, IV e §2º, CPC, bem como **comunicação ao Ministério Público** para providências cabíveis.

5. Decorrido o prazo sem cumprimento, **desde logo autorizo o**



bloqueio de valores via SISBAJUD, suficientes para aquisição direta do tratamento, devendo a serventia proceder independentemente de nova conclusão.

Intime-se com **urgência**, por **Oficial de Justiça em regime de plantão**. Cumpra-se.

GABRIEL COSTA RIBEIRO

Juiz de Direito Titular da 3ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Belém

DECISÃO - MANDADO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO - OFÍCIO. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do **PROVIMENTO N° 003/2009**, alterado pelo Provimento n° 011/2009 – CJRMB. Cumpra na forma e sob as penas da lei.

